



IV ENLIC SUL

Encontro das Licenciaturas da Região Sul

IV PIBID SUL | IV Seminário do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

II RP SUL | Seminário do Programa de Residência Pedagógica

II ANFOPE SUL | Seminário da Associação Nacional pela Formação de Professores

RESOLUÇÃO 04/2024 E A CATEGORIA PRÁXIS: POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

RESUMO

Na educação, a categoria práxis é importante por apontar para a transformação do mundo, possibilitando formação para que educandos participem ativamente da construção do saber. A conscientização deles sobre suas condições de vida e participação ativa na busca por mudanças sociais são aspectos fundamentais desse processo. Este artigo tem como objetivo analisar a compreensão de práxis e suas limitações no contexto da formação docente em nível superior para atuação na educação básica. Para tanto, o estudo analisa dialeticamente a redação e o processo de construção de documentos oficiais do Conselho Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação em Nível Superior do Magistério de Educação Básica, manifestações da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope) e artigos pertinentes à temática. Considerando os direitos garantidos aos profissionais da educação pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o texto concentra-se, especificamente, nas Resoluções 02/2015, 02/2019 e 04/2024. Da análise realizada, buscou-se compreender a luta, especialmente do movimento docente, pela retomada da Resolução 02/2015, contemplando o processo democrático que resultou no documento, bem como os princípios nele garantidos, que asseguram a formação inicial e continuada, valorização dos profissionais de educação e articulação teoria-prática, o que não ocorre na Resolução vigente (04/2024). Tais elementos tornam a práxis um conceito central na filosofia educacional de Paulo Freire (1996) e em sua abordagem crítica à educação. Como integração dialética entre teoria-prática, a práxis contribui para uma educação emancipatória. Sem tal perspectiva, corre-se o risco da promoção de uma formação tecnicista, que prioriza a aplicação de técnicas e métodos sem uma reflexão profunda sobre os contextos sociais, culturais e políticos nos quais a educação está inserida.

Palavras-chave: Formação Docente, Diretrizes Curriculares Nacionais, Resolução 04/2024, Práxis, Anfope.